MESTRADO EM DIREITO

ÁREA: POLÍTICAS PÚBLICAS, ESTADO E DESENVOLVIMENTO

DISCIPLINA: POLÍTICAS PÚBLICAS: MODELOS ANALÍTICOS E ANÁLISES EMPÍRICAS

PROFESSOR DR. FREDERICO BARBOSA

EMENTA:

As políticas públicas fazem inúmeras interfaces com o campo jurídico. Dialogam com a Constituição, com a legislação, com decretos, com portarias e instruções normativas. Também estabelecem estreita relação com os direitos constitucional, administrativo, tributário, financeiro, eleitoral etc. e são constituídas por um complexo arcabouço jurídico-institucional, formado por políticas setoriais, planos, programas, projetos, Planos Plurianuais (PPA's), Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO's), Leis Orçamentárias Anuais (LOA's).

Além disso, as políticas públicas se constituem como um campo de estudo específico, com múltiplas tradições teóricas, um campo epistêmico próprio e metodologias de análise empírica consolidadas. Nesse sentido, o curso pretende enfatizar a reflexão teórica e metodológica que estabeleça um diálogo entre as diversas modalidades de análise em políticas públicas e o campo do Direito.

PROGRAMA:

1. APRESENTAÇÃO

2. CONCEITOS E ABORDAGENS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Dallari Bucci. M.P. Políticas Pública- Reflexões para um conceito jurídico*, Ed. Saraiva_ UNISANTOS, SP, 2006.*

Dallari Bucci. *Método e aplicações da abordagem direito e políticas públicas (dpp) Revista Estudos Institucionais, v. 5, n. 3, p. 791-832, set./dez. 2019*

Hochman, G.; Arrectche, M. & Marques, E. Políticas Públicas no Brasil. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2009.

Marques, E. & Faria, C. A. P. *A política pública como campo disciplinar, Editora Fiocruz/Editora UNESP, RJ/SP, 2013.*

Lima Júnior, O.B. & Guilherme Dos Santos, W*. Esquema geral para a análise de políticas públicas: uma proposta preliminar, R. Adm. pública Rio de Janeiro, 10(2):241·256. abr./jul. 1976*

3. MODELOS E MÉTODOS NA ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Bourdieu, P. *O poder simbólico, Ed. DIFEL, Portugal, 1989.*

Muller, P. Las políticas públicas, Universidade Externado de Colômbia, 2002// [Muller, P. As políticas públicas**,** Série Universidade, v. 11 Páginas: 124 Eduf Edição: 1ªAno de publicação: 2018}.

Kuhn, T. A Estrutura das Revoluções Científicas, São Paulo, Perspectiva, 1996. // **Yves Surel**. Las políticas públicas como paradigmas, traducción de Javier Sánchez Segura, tradução do original en francés Les politiques publiques comme paradigmes, tomado de Alain Faure, Gilles Pollet y Philippe Warin. (1995). La construction du sens dans les politiques publiques. Débats autour de la notion de référentiel, (pp.125-151) Colección Logiques Politiques, Paris: L'Harmattan. Traducción autorizada por éditions l'Harmattan para ser publicada en Estudios Políticos, mediante comunicación de febrero19 de 2008.

Lascoumes, P. & Les Gales, P. Sociologia da ação Pública, EdUFAL, AL, 2012.

Pires, R.R.C. Sociologia do guichê e implementação de políticas públicas; BIB, São Paulo, n. 81, 1º semestre de 2016 (publicada em agosto de 2017), pp. 5-24.

Tomazin, C. As Análises Cognitivas De Políticas Públicas: Uma Agenda De Pesquisa, Revista Política Hoje -Volume 27, n. 1.

4. APLICAÇÕES – ANÁLISES E AVALIAÇÕES

Colombo, D.G. A política pública de incentivo ao setor de informática no Brasil a partir da década de 90: uma análise jurídica, Dissertação, USP, SP, 2009.

Capella, A. C.N O processo de agenda-setting na reforma da administração pública (1995-2002), Tese, UFSCAR, 2005**.**

Loureiro, M.R.& Abrucio, F.L.; Incrementalismo, negociação e accountability: análise preliminar das reformas fiscais no Brasil, Trabalho Apresentado no Grupo de Políticas Públicas da Anpocs (Gt 14) Anpocs. Caxambu/MG, Outubro de 2002.

Ollaik, L.G. A Implementação da Política Nacional de Museus e a Democratização de Acesso: Estudo Comparativo De Três Instrumentos Governamentais, Tese de Doutorado Brasília - DF Julho 2012

Pires, R.R.C. (Organizador), Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas /. - Rio de Janeiro: Ipea, 2019.

Projeto Avaliação da Política de Informática; CGEE – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos Ciência, Tecnologia e Inovação/ UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas-DPCT - Departamento de Política Científica e Tecnológica -GEOPI - Grupo de Estudos da Organização da Pesquisa e da Inovação, Brasília/DF Março 2009 - Dezembro 2010.

Souza, C. Coordenação de políticas públicas. - Brasília: Enap, 2018. 72 p.

Tápias, J. A trajetória da política de informática brasileira (1974-1991) – atores, instituições e estratégias, Tese, UNICAMP, nov. 1992.

5. PLANEJAMENTO E ORÇAMENTOS

Cardoso Jr., J.C. & Cunha, A. S. Planejamento e avaliação de políticas públicas, IPEA, Brasília, 2015.

Cardoso Jr., J.C.& Santos, E.A.V.; PPA 2012-2-15-Experimentalismo Institucional e resistência burocrática, IPEA, Brasília, 2015.

Catapani, M.F. Orçamentos públicos e direito financeiro / coordenadores José Maurício Conti e Fernando Facury Scaff. - Editora Revista dos Tribunais, 201

Giacomoni, J.& Pagnussat (organizadores), Planejamento e Orçamento Governamental, **Volumes 1 e 2**, ENAP, Brasília, 2007.

Gimene, M.& Couto, L.F. (organizadores); Planejamento e orçamento público no Brasil – Brasília: Enap, 2017

Torres, R.L. O Mínimo Existencial e os Direitos Fundamentais, R. Dir. adm., Rio de Janeiro, In: 29-49 juIJset.1989.

Matus C*., Teoria do jogo social. São Paulo: Fundap; 2005..*

METODOLOGIA:

A disciplina tem como núcleo as discussões em sala de aula. Eventuais aulas expositivas visam ao esclarecimento e orientação das leituras e não a sua supressão

O material básico de cada aula será lido e sintetizado pelos alunos permitindo o domínio interpretativo e analítico de fatos e explicações históricas, portanto dos pré-requisitos para a participação oral e argumentativa em sala.

Esse material será eventualmente recolhido pelo professor a título de controle e avaliação da qualidade da leitura.

Serão propostos exercícios de estruturação de textos e de sínteses analíticas (resumos, exercícios, respostas a questionários, etc.).

Serão propostas, de acordo com a necessidade, metodologias participativas em forma de dinâmicas de grupos e oficinas.

AVALIAÇÃO:

Os alunos serão avaliados segundo os seguintes critérios:

a) Participação em sala de aula; b) Apresentação de fichas de leitura; c) Redação de documentos em grupo e d) Trabalho final individual;

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Bercovici, G. Constituição econômica e desenvolvimento – uma leitura a partir da Constituição de 1988, Malheiros Editores, SP, 2005. Cap. 1, 2, 3 e 4.

Berger,P.L.& Lukmann, T. A construção social da realidade, Ed. Vozes, Petrópolis, RJ, 1985.

Dulong, D. Moderniser la politique – aux origines de la Ve République, L´Harmattan, 1997. Dror, Y, A Capacidade de governar, Ed. FUNDAP, SP, 1999.

Esping-andersen, G. Politics against markets: The social democratic road to power. Princeton: Princeton University, 1985. 366 p.

Esping-andersen, G. Social foundations of postindustrial economies, Oxford UK, 1999.

Faure, A.; Poullet, G.; Warin, P. (Ed.). Débats autour de la notion de référentiel: la construction du sens dans les politiques publiques. Paris: l'Harmattan, 1995.

Meny, Y., Thoening, Politiques publiqiues Presse Universitarie de France, 1985.

Merrien, F. L´Etat providence, Presse Universitarie de France, 1977.

Muller Pierre. L'analyse cognitive des politiques publiques : vers une sociologie politique de l'action publique. In: Revue française de science politique, 50e année, n°2, 2000

Passeron, Jean-Claude – O Raciocínio Sociológico – o espaço não popperiano do raciocínio natural, Ed. Vozes, RJ, 1995.

Perrety, B. L´évaluation des politiques publique, èditions La Decouvert, Paris, 2008.

Secchi, L. Políticas publicas – conceitos, esquemas de análise, casos práticos, CENGAGE Learning, , 2011.

Surel, Y. L´Etat et le livre – les politiques publiques du livre en France (1957-1993), L´Harmattan, 1997.

Torres, P. M. - La política de políticas públicas: propuesta teórica y metodológica para el estudio de las políticas públicas en países de frágil institucionalidad, Série Políticas Sociales n. 93, CEPAL, 2004.